



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VII (2006)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

A história indo-portuguesa em debate

Eugénia Rodrigues , Maria de Jesus dos Mártires Lopes

Como Citar | How to Cite

Rodrigues, Eugénia & Lopes, Maria de Jesus dos Mártires. 2006. «A história indo-portuguesa em debate». *Anais de História de Além-Mar* VII: 389-395. <https://doi.org/10.57759/aham2006.37730>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2006. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2006. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

A HISTÓRIA INDO-PORTUGUESA EM DEBATE

EUGÉNIA RODRIGUES
MARIA DE JESUS DOS MÁRTIRES LOPES *

Organizado pelo Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CHAM-FCSH-UNL) e pelo Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa (CEPCEP-UCP), decorreu nas instalações de ambas as instituições, entre 23 e 27 de Outubro de 2006, o *XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Inaugurada em 1978, esta reunião de investigadores da História Indo-Portuguesa tem circulado entre a Índia (Goa: 1978, 1983, 1994 e 2003; Cochim: 1989; Nova Delhi: 1998), Portugal (Lisboa: 1980 e 1985; Macau: 1991; Angra do Heroísmo: 1996) e o Brasil (Salvador da Baía: 2000).

Tendo sido definido como tema central «O Estado da Índia e os desafios europeus», a Comissão Científica propôs para o *XII SIHIP* os seguintes tópicos de abordagem: 1 – Impérios: estratégias e negócios; 2 – As potências asiáticas face às concorrências europeias; 3 – Agentes e aventureiros; 4 – As missões: entre a evangelização e os desígnios imperiais; 5 – Representações culturais e artísticas: cidades, entrepostos e saberes.

A presente edição destacou-se relativamente às anteriores pelo elevado número de participantes, num total de 43, dos quais 23 estreantes, e por uma maior internacionalização, atestada pela presença de oradores filiados em instituições de 12 países. Tal significou uma notável renovação do seminário, visível não apenas na proposta de novas linhas de investigação, espelhadas na diversidade dos temas em discussão, como na adopção de um leque cronológico mais alargado, com uma maior incidência de comunicações sobre os séculos XVII e XVIII. Na tradição dos anteriores encontros, todas as comunicações foram acompanhadas por um intenso e participado debate.

A conferência inaugural, proferida pelo professor Anthony Disney (La Trobe University, Melbourne), recuperou o quotidiano dos vice-reis seiscentistas a partir dos diários dos condes de Linhares (1628-1635) e de Sarzedas (1655-1656). Constituindo uma importante fonte para a história factual do Estado da Índia, estes diários foram aqui lidos tendo em vista a reconstituição da actividade diária, das expectativas e das relações sociais

* Investigadores do Instituto de Investigação Científica Tropical.

dos vice-reis. Tal visão forneceu uma perspectiva menos conhecida e mais humanizada do funcionamento da administração do Estado da Índia.

Dando o mote ao tema central do seminário, João Paulo Oliveira e Costa (CHAM e FCSH-UNL) explicou a fundação do Estado da Índia no contexto dos desafios europeus colocados a D. Manuel I, descortinando uma acção governativa muito mais complexa e ambiciosa do que a retratada pelos cronistas. Partindo da singularidade do processo de expansão portuguesa no Índico, base da projecção de D. Manuel I no mundo cristão, salientou as vertentes da política de «neutralidade interveniente» conduzida pelo rei na Europa, ao mesmo tempo que enfrentava as pressões europeias sobre a sua política oriental.

A história das actividades comerciais assegurou uma ampla visibilidade neste seminário, tal como em anteriores edições. Realçando processos de competição internacional ou de cooperação entre grupos mercantis, diversos oradores abordaram a circulação de mercadorias em todo o Oriente ou centraram-se em fluxos de rotas específicas, incluindo as que conectavam os portos orientais à Europa e à América. Om Prakash (University of Delhi) propôs o desenvolvimento de linhas de investigação focadas na diversidade dos produtos negociados na Carreira da Índia e na relevância da participação dos mercadores privados portugueses no comércio intra-asiático, mesmo perante a concorrência holandesa e inglesa. K. S. Mathew (Kannur University) analisou o relevante papel de Calecute na intermediação do comércio marítimo entre Malaca e Veneza, antes da chegada dos portugueses, e as posteriores vicissitudes desta cidade portuária face à concorrência europeia no Índico e à emergência de Cochim como centro do comércio marítimo. Timothy D. Walker (University of Massachusetts Dartmouth) debruçou-se sobre a circulação de informação comercial entre os mercadores e funcionários portugueses que operavam nos mercados orientais, no final do século XVIII. Aspecto ainda pouco discutido, a obtenção de notícias sobre rotas, mercadorias, preços e técnicas de comércio mobilizava agentes comerciais e políticos, que tentavam salvar a precária economia do Estado da Índia. A falsificação do ouro produzido no Sudeste Africano foi estudada por Kartikeya Kohli (University of Delhi), que discorreu sobre as implicações desse processo na circulação comercial e monetária do Estado da Índia. Acentuou a luta de interesses entre, por um lado, os mercadores e funcionários portugueses do Sudeste Africano, fornecedores do ouro, e, por outro lado, os negociantes da Índia e a administração do Estado, que o adquiriam. Eugénia Rodrigues (Instituto de Investigação Científica Tropical, IICT) centrou-se na construção e no funcionamento de redes sociais envolvendo funcionários e mercadores de Goa e de Moçambique, explorando a sua mobilização para a circulação de créditos e mercadorias entre aqueles territórios em meados de setecentos. As relações comerciais entre o Índico e o Brasil, nas primeiras décadas de oitocentos, foram estudadas por Luís Frederico Dias Antunes (IICT), que salientou o lugar dos têxteis, escravos e metais preciosos nessas trocas, bem como os meios de pagamento e os grupos mercantis envolvidos.

Mihoko Oka (Universidade de Tóquio) trouxe nova luz ao funcionamento do sistema de crédito com que os dáimios japoneses financiavam os negócios dos portugueses, durante a primeira metade do século XVII. A análise do «sistema de respondência», usado no comércio português em todo o Oriente, foi particularizada aqui no tocante às trocas entre Macau e Nagasáqui. Manel Ollé (Universitat Pompeu Fabra) defendeu o carácter transnacional dos piratas sino-japoneses e de outros grupos marítimos comerciais no Pacífico, tendo examinado o seu papel na interacção entre as potências ibéricas e os outros impérios asiáticos e europeus que operavam na região nos séculos XVI e XVII. O comércio de cavalos no Estado da Índia, em quinhentos e nas primeiras décadas de seiscentos, foi dissecado por Rui Manuel Loureiro (CHAM), que apontou a sua importância nos rendimentos alfandegários e o seu significado no relacionamento com as potências indianas vizinhas. Sublinhou, em particular, os incentivos do governo de Goa à importação de cavalos do Mar da Arábia e as condições em que era realizado este comércio. Ernestina Carreira (Université de Provence) revelou como a comunidade francesa usou as redes de solidariedade católica para negociar sob a protecção do Estado da Índia, depois do fracasso da primeira *Compagnie des Indes*, e como, após a criação da segunda, tentou mobilizar para os seus projectos expansionistas as comunidades lusófonas dispersas no Oriente. Realçou o papel das redes de comunicação entre as administrações portuguesa e francesa da Índia na articulação dos interesses das elites coloniais e das estratégias metropolitanas.

Os aspectos financeiros do Estado da Índia foram investigados sob diferentes perspectivas, que contribuíram para uma melhor compreensão do seu funcionamento nos séculos XVII e XVIII, ainda pouco averiguados. As contas públicas do Estado da Índia, em articulação com a sua arquitectura administrativa (1687-1820), foram traçadas por Artur Teodoro de Matos (UCP), que destacou o peso do modelo de corte, transplantado do reino para Goa, na evolução das despesas da administração. Susana Münch Miranda (CHAM-FCSH-UNL) explicou os efeitos fiscais da rivalidade militar luso-holandesa, nas primeiras décadas de seiscentos, tendo salientado como a extensão ao Oriente do imposto do consulado, cobrado sobre as mercadorias que circulavam pelas alfândegas marítimas, foi acompanhada de processos de negociação política com as câmaras locais.

O estudo dos desafios militares colocados pelas potências europeias ao Estado da Índia centrou-se na disputa luso-holandesa no Oriente, embora a concorrência dos ingleses tivesse sido igualmente focada, tal como a interacção com os poderes locais. Ernst van Veen (Leiden University) reexaminou as etapas do conflito ibero-holandês, propondo novas leituras do estabelecimento da supremacia holandesa no Oriente. Argumentou que apenas depois de 1636, quando a VOC adoptou uma política de ataque aos estabelecimentos portugueses, o impacto da concorrência holandesa sobre o Estado da Índia e as actividades comerciais dos portugueses começou a ser relevante. Jurrien van Goor (Utrecht University) discutiu as estratégias dos

holandeses para se firmarem no Oriente a partir da figura do conhecido governador-geral da VOC Jan Pieterszoon Coen (1619-1623 e 1627-1629), tendo evidenciado a sua carreira no Oriente e a filiação das suas ideias. Vítor Luís Gaspar Rodrigues (IICT) mostrou como o processo de orientalização da armada do Estado da Índia conduziu ao enfraquecimento do poder marítimo português, sobretudo das armadas de alto bordo, quando surgiu a ameaça holandesa. Analisou as transformações da estrutura naval entretanto operadas, as quais possibilitaram a sobrevivência do império oriental português na primeira metade de seiscentos. André Murteira (CHAM) explicou os cercos holandeses da ilha de Moçambique, em 1607 e 1608, no contexto global do conflito ibero-holandês, argumentando que essas acções foram conduzidas em oposição à política oficial da VOC. Os bloqueios dos estreitos de Malaca e Singapura pela VOC, durante os anos de 1630, foram analisados por Peter Borschberg (National University of Singapore) na perspectiva das estratégias diplomáticas e comerciais dos portugueses para tentarem sobreviver à ameaça holandesa. Por fim, Vasco Resende (École Pratique des Hautes Études, Paris) analisou as origens da rivalidade anglo-portuguesa na região do Golfo Pérsico, na viragem para seiscentos, a partir das cartas dos viajantes ingleses. Ressaltou a importância desses textos para compreender os diferentes objectivos e estratégias das duas potências em relação à corte dos safávidas, apontando os seus limites e a necessidade de serem completados com fontes portuguesas.

Os processos de mudança social e demográfica foram alvo da investigação de vários comunicantes, que incidiram a sua análise sobre grupos ou territórios específicos. Leonard Y. Andaya (University of Hawai) descreveu o processo de indigenização dos «portugueses pretos», os topazes, no chamado arquipélago de Solor como uma estratégia coroada de êxito para segurar a sua participação no comércio face ao avanço do domínio holandês na região malaio-indonésia. Paulo Lopes Matos (UCP) analisou a evolução demográfica das Ilhas de Goa (1718-1830) numa perspectiva comparativa com a Europa. Assinalou o declínio demográfico ocorrido nas Ilhas durante esse período, destacando as alterações relativas aos grupos étnico-religiosos e as suas dinâmicas familiares. Fátima da Silva Gracias (Research Institute for Women, Goa) apresentou um estudo comparado da situação das mulheres europeias na Índia Portuguesa e na Índia Inglesa, realçando diferentes origens, papéis e estilos de vida em ambos os territórios. Lorraine White (Edinburgh) traçou a genealogia e as carreiras dos Mascarenhas para mostrar como este «clã» construiu um império com ligações na corte e no ultramar, fornecendo inúmeros funcionários à administração régia e desenvolvendo diversas estratégias para defender os seus interesses familiares. Pius Malekandathil (Jawaharlal Nerhu University) comparou as experiências urbanas e sociais de Cochim e Goa na estruturação do Estado da Índia, no decurso dos séculos XVI e XVII, a primeira sendo dinamizada pelo seu activo comércio, enquanto a segunda foi marcada pela preponderância da administração.

A história eclesiástica e religiosa, com as suas ramificações políticas, económicas e culturais, foi abordada sob diferentes ângulos. Apesar dessa diversidade, o papel dos jesuítas e os conflitos entre o Padroado e a *Propaganda Fide* atraíram a maioria dos oradores, confirmando a relevância desses temas na história do Oriente. Na linha da história das representações, foram apresentadas duas comunicações. Teresa Lacerda (CHAM) comparou as visões do outro nos textos quinhentistas dos jesuítas das áreas de influência do Padroado e do *Patronato*, evidenciando as diferentes representações subjacentes aos métodos de acomodação cultural e de conquista usados pelos inicianos na Ásia. Andrea Doré (Universidade Federal do Paraná) discutiu a extensão do conflito europeu entre catolicismo e protestantismo às áreas do império português. Mostrou como, no Brasil, em Moçambique e em Ceilão, missionários e homens de armas representavam o inimigo holandês como o herege, reforçando as justificações religiosas para a presença ibérica no ultramar.

Charles Borges (Loyola College, Baltimore) decompôs as estratégias económicas das ordens religiosas no Oriente para obter os fundos usados na missão. Salientou o carácter diversificado e os métodos competitivos dessa actividade, evidenciado, em particular, pelo sucesso da Companhia de Jesus. Isabel Boavida (Universidade de Lisboa) argumentou que a fundação do colégio jesuíta de Diu respondeu à necessidade de assegurar as comunicações entre a missão da Etiópia e o centro provincial de Goa, após a ocupação turca do litoral eritreu, em 1557. Neste contexto, a Companhia de Jesus passou a comunicar pelas redes comerciais que ligavam Diu ao Mar Vermelho. Inês Zupanov (CNRS, Paris) desenvolveu os procedimentos colectivos e individuais dos jesuítas para negociarem a sua posição no Oriente face, por um lado, às desconfianças das autoridades do Padroado relativamente ao carácter transnacional e aos métodos de acomodação da Companhia de Jesus e, por outro, ao papel crescente da *Propaganda Fide*.

Ângela Barreto (Instituto de Ciências Sociais) explicou os conflitos entre o Padroado e a *Propaganda Fide*, no século XVII, à luz da lógica política subjacente à actuação do papado, após o Concílio de Trento. Através da figura do bispo Mateus de Castro, examinou as estratégias da *Propaganda* para se implantar no Estado da Índia, nomeadamente a aliança com os poderes locais. Essa disputa, alargada ao século XVIII, foi igualmente objecto da investigação de Lúvia Ferrão e Maria de Jesus dos Mártires Lopes (IICT), que destacaram o impasse entre a actuação da *Propaganda Fide* para reduzir a área do Padroado aos territórios de soberania política efectiva e a intransigência das autoridades portuguesas em renegociarem o estatuto de padroeiro. Estas atitudes impediram uma solução de compromisso. Prolongando as questões religiosas para o período contemporâneo, Teotónio R. de Sousa (Universidade Lusófona) analisou o 6.º Concílio Provincial de Goa (1894-1895) na perspectiva das preocupações do império português face à crise do Padroado e ao avanço dos imperialismos europeus no Oriente. Concluiu ter existido uma menor relevância das preocupações espirituais

face às motivações políticas, tanto nos decretos conciliares e como diocesanos.

Os estudos urbanísticos, arquitectónicos e arqueológicos foram consagrados em várias abordagens, ganhando destacada importância neste seminário. Sidh Mendiratta (Universidade de Coimbra) relatou os resultados dos trabalhos arqueológicos em curso nas ruínas do convento de Nossa Senhora da Graça, em Velha Goa, um projecto de cooperação entre instituições portuguesas e indianas. Tendo como objectivo o levantamento topográfico das ruínas do convento e das áreas adjacentes, a iniciativa conduziu já à identificação da capela do capítulo e à implantação de um projecto de musealização do local. As transformações urbanísticas e arquitectónicas de Nova Goa nos séculos XIX e XX foram discutidas por Alice Faria (Université Paris I), que evidenciou como a arquitectura de Velha Goa – com a sua especificidade ao nível de materiais, técnicas e linguagens – serviu de matriz e matéria para as constr

recente tradução das cartas persas da colecção *Cartas Orientais* do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (Lisboa). Acentuou a relevância destas fontes para o estudo das estratégias de Ormuz face à presença portuguesa no Golfo Pérsico e para a análise das práticas políticas e sociais.

Na sessão de encerramento, foi anunciada a renovação parcial da comissão científica e da comissão organizadora do próximo encontro, a realizar em 2009. As relações entre o Índico e o Mediterrâneo foram escolhidas como tema central do *XIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, que será organizado em conjunto pela Université de Provence e pela Université de Marseille.